FACULDADE DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL FADERGS CURSO SUPERIOR DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Supervisor de Estágio: Cristiano Beck Rutzig

Bacharelando em Ciências Contábeis: Carolina Miranda Messa

Porto Alegre 2017

ESCOLA DE NEGÓCIOS

1

CURSO SUPERIOR DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Orientador Interno

Itamar Baptista Chagas

Bacharelando em Ciências Contábeis Carolina Miranda Messa

Porto Alegre 2017

SUMÁRIO

1. [INTRODUÇÃO](#_TOC_250003) 3
   1. TEMA 4
   2. PROBLEMA 4
   3. OBJETIVO GERAL 4
   4. OBJETIVO ESPECIFICO 4
2. [REFERENCIAL TEÓRICO](#_TOC_250002) 5
   1. GESTÃO PÚBLICA – AS DIFICULDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 5
      1. OS ASPECTOS DA GESTÃO PÚBLICA 5
   2. FLUXO DE CAIXA 7
      1. A IMPORTÂNCIA DAS FERRAMENTAS DE CONTROLE 7
   3. PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR-PNATE 8
   4. PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR-PEATE 8
   5. COMO CONTROLAR OS REPASSES DO PNATE 9
3. [INTERVENÇÃO…………………………………………………………………………….10](#_TOC_250001)
   1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO LOCAL DO ESTÁGIO……………………10
   2. ATENDIMENTOS REALIZADOS NO LOCAL DO ESTÁGIO……………………10
   3. DIFICULDADES ENCONTRADAS………………………………………………….10
   4. BENEFICIOS DO PROJETO 11
   5. PROPOSTA DE MELHORIA 11
4. [CONCLUSÃO 1](#_TOC_250000)3

RESUMO

Instrumentos de controle, aliados a um bom planejamento, são extremamente importantes dentro de qualquer organização, indiferente da mesma estar passando por uma boa ou má condição financeira. Através dessas ferramentas de controle é possível realizar e acompanhar um planejamento para obter melhores resultados, e identificar quais processos necessitam de melhorias, para garantir o alcançe dos objetivos da organização. Constantemente vemos que as empresas deixam para recorrer a ferramentas de controle quando está passando por uma situação financeira crítica, sendo que poderia trabalhar com acompanhamento de informações antes de chegar a esse ponto, e em muitos casos a situação poderia ser revertida, caso a organização utilizasse um controle continuo.

Esse estudo tem como objetivo entender como funciona a gestão pública, quanto as repasses do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e identificar como era realizado o controle dessas parcelas. Foi observada a falta de fluxo e padronização de informações, o que desencadeou uma série de deduções financeiras para o Estado. Logo, foi criado e implantado uma ferramenta de fluxo de caixa para a entrada e saída desses recursos financeiros, visando assim implanter o fluxo de processo e sanar com os descontos decorrentes da falta de controle e execução do recurso financeiro.

**Palavras-chave:** Gestão. Pública. Repasse. Fluxo. Caixa. Pnate.

# INTRODUÇÃO

Há muitos anos o homem vem buscando uma forma de controlar as finanças, tanto pessoais quanto profissionais, com o intuito de saber exatamente as receitas e despesas, para poder desenvolver um trabalho encima desses dados que melhore a situação financeira da organização, na Gestão Pública não é diferente e através da contabilidade isso é possível. Ter um controle de fluxo de caixa é essencial em todo e qualquer lugar em que haja movimentação financeira. Logo, o objetivo do referido trabalho é identificar uma ferramenta de controle para os repasses de recurso financeiro provenientes do Programa Nacional de Apoio ao Transporte (PNATE) e implantar um acompanhamento em que suprisse toda a necessidade para os repasses do Programa. Com esse controle visamos melhorar o processo de pagamento e sanar os descontos pela não execução do recurso financeiro.

* 1. TEMA

Esse estudo tem como tema a identificação e implantação de uma ferramenta de controle do repasses das parcelas do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) referentes aos Municípios que romperam o Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar (PEATE).

* 1. PROBLEMA

Desde 2014 o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) vem repassando ao Estado as parcelas referentes ao PNATE, para que sejam destinadas ao pagamento do Transporte Escolar dos contratos terceirizados, referente aos Municípios que romperam o PEATE. Não há um registro claro e objetivo das entradas das parcelas, somente os extratos bancários, o que ocasionou em um acumulo de informações, dificultando identificar o saldo de cada Município para realizar o pagamento. Portanto, como controlar os repasses financeiros dos recursos ingressados no PNATE?

* 1. OBJETIVO GERAL

Identificar uma ferramenta de acompanhamento para os repasses do recurso do PNATE.

* 1. OBJETIVO ESPECIFICO

Tem como objetivos específicos:

* Entender como é feito o registro dos repasses financeiros;
* Criar um fluxo de caixa para pagamento aos contratos terceirizados por meio do recurso PNATE, visando maior controle sobre entradas e saídas;
* Realizar proposta de melhoria e implantação da ferramenta de controle de repasses.

# REFERENCIALTEÓRICO

* 1. GESTÃO PÚBLICA – AS DIFICULDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Uma das grandes dificuldades que a administração pública enfrenta, em todos os governos, é gerenciar seus gastos e recursos disponíveis e tentar alcançar toda a demanda pública exigida e, nem sempre isso é possível, o que leva a insatisfação da população.

Conforme Lima (2013):

A qualidade dos serviços públicos está condicionada à adoção de mecanismos de relacionamento entre sociedade e setor público, que possibilitem um adequado conhecimento sobre os requisitos básicos que a ação pública deve apresentar para atender satisfatoriamente às expectativas daqueles que são por elas impactados. (p.152).

Outro fator que agrava a situação do funcionalismo público é a burocracia. Muitos procedimentos que poderiam ser rapidamente resolvidos, acabam ficando pendentes por todo o tramite burocrático que os envolve. Para Matias (2012) construir um Estado moderno, inteligente e menos burocrático, exige esforço e vontade política para que isso incentive que seja feita uma reforma em diversos processos que hoje conhecemos.

Matias (2012) defende também, que precisa haver modernização na administração pública para que consiga se alcançar a maior qualidade possível na prestação de serviços públicos, realizando de forma eficiente, eficaz e efetiva.

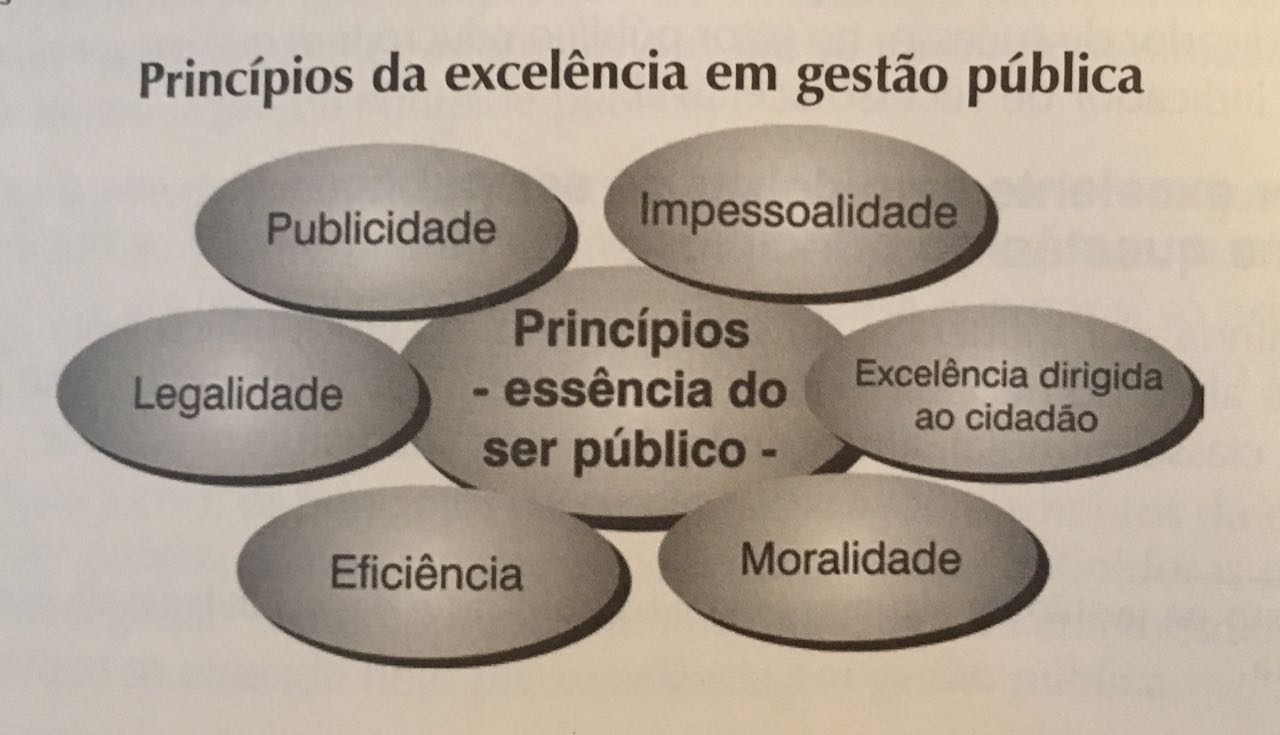
À medida que se elevam os padrões de educação, uma crescente parte da população acostuma-se com padrões mais altos de serviço no setor privado e torna-se cada vez menos inclinada a aceitar respostas inflexíveis e burocráticas dos serviços públicos. Assim, tanto a qualidade do serviço quanto o aumento da produtividade têm sido metas amplamente defendidas. (p.68)

* + 1. OS ASPECTOS DA GESTÃO PÚBLICA

Segundo o autor, existem dois principais aspectos de modelo da gestão pública, o aspecto técnico e o institucional. Esses aspectos não são leis ou normas, são objetivos a seguir em se tratando de excelência em gestão. O aspecto técnico diz respeito à forma do sistema de gestão e seus conceitos, enquanto o aspecto institucional fala sobre à natureza das organizações nas quais deseja se aplicar o modelo.

Segundo Lima (2013):

Dessa forma, os princípios da gestão pública são elementos da essência do ser público complementados por características definidoras da excelência na gestão contemporânea. Juntos, princípios e características definem o que se entende hoje por excelência em gestão pública. (p.52).



Fonte: Lima (2013)

Além desses princípios, existem práticas a serem executadas para a fundamentação da gestão pública. Ter planejamento, organização, controle e fiscalização são técnicas essenciais e que devem ter constante conversação entre si, pois essas políticas sozinhas não refletem o resultado esperado.

Conforme Lima (2013), o planejamento é algo essencial dentro de qualquer organização, devido aos benefícios que traz consigo. Através dessa ferramenta é possível evitar a desorganização nas operações, redução de riscos e aumentar a possibilidade de atingir as metas de cada organização, aumentando assim a sua eficácia, eficiência e efetividade.

Segundo Matias-Pereira (2012), o planejamento é um processo que passa por diversas fases, sendo elas:

Diagnóstico: mostra o conhecimento da realidade;

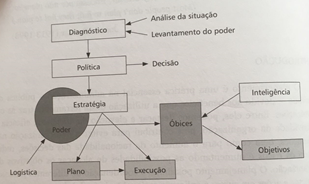
Política: a sua função é definir os objetivos;

Estratégia: deve indicar as opções dos rumos a seguir para alcançar os objetivos;

Planos: têm como propósito viabilizar os objetivos e estratégias;

Execução: esforço orientado para a implementação das ações programadas;

Controle: visa permitir acompanhar a execução e avaliar os resultados alcançados, para que possam ser comparados com os objetivos anteriormente definidos. (p.124)



Fonte: Matias-Pereira (2012)

Figura 9.1 Fases do Planejamento

* 1. FLUXO DE CAIXA

Frezatti (2009) defende que no que se refere a fluxo de caixa, é preciso entender todos os processos por trás dele e os benefícios que traz consigo para a organização. Outro ponto importante é compreender que, para que o sucesso da implantação dessa ferramenta seja alcançado, é que o fluxo de caixa não é uma ferramenta de trabalho e sim um instrumento de gestão da organização e todos devem conseguir entende-lo, e não somente a área financeira.

Dentro da administração pública, a gestão financeira é um universo de receitas e despesas gigantesco, e conseguir controlar todas elas não são uma tarefa fácil. Constantemente nos deparamos com a situação de que alguma providência será tomada quando for identificado que algo não está saindo como o planejado. Precisamos deixar de trabalhar com a forma de “solução” para os problemas que estamos enfrentando e começar com a “prevenção” do que possa vir a acontecer. Ter um instrumento para conseguir controlar todas essas entradas e saídas é uma dessas formas de prevenção.

* + 1. A IMPORTÂNCIA DAS FERRAMENTAS DE CONTROLE

Conforme Frezatti (2009) é muito comum quando uma empresa passa por momentos críticos de falta de liquidez, os gestores, em um ato desesperado por solucionar o que estão enfrentando, recorrerem ao fluxo de caixa. O que ocorre é a preocupação em geração de lucro e não em todos os percalços que as organizações enfrentam até no resultado final.

Analisar os dados da empresa independente da situação em que ela esteja enfrentando, seja boa ou ruim, é algo que deve estar na rotina dos gestores, e além disso, também utilizar gerencialmente o instrumento. Poder aliar essa ferramenta com os outros instrumentos contábeis, pode ampliar a capacidade de análise de resultados.

Para Matias-Pereira (2012):

Considerar o fluxo de caixa de uma organização um instrumento gerencial não significa que ela vai prescindir da contabilidade e dos relatórios gerenciais por ela gerados. Ao contrário, com o fortalecimento dos relatórios gerenciais gerados pela contabilidade se pretende aliar a potencialidade do fluxo de caixa para melhor gerenciar suas decisões. (p.28).

* 1. PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR-PNATE

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) consiste em transferência de recursos financeiros para financiar as despesas com manutenção do Transporte Escolar para os alunos que residem em zona rural e necessitam de transporte para ter acesso à educação básica pública. O valor repassado aos Estados para a execução do programa, é calculado a partir da quantidade de alunos que necessitam desse transporte, com base em dados do Censo Escolar, e da per capita do Município, extensão territorial. São repassadas 10 (dez) parcelas anuais, do período de fevereiro a novembro, podendo o FNDE repassar esse valor diretamente para os Municípios, desde que haja autorização dos Estados.

Aqueles Municípios que não fazem parte do Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar (PEATE) não recebem o recurso do PNATE por não estarem transportando nenhum aluno, ficando a cargo do Estado executar o transporte escolar, através de contratos terceirizados.

* 1. PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR

O Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar, instituído pela Lei Estadual nº 12.882, de 03 de janeiro de 2008, segue as mesmas bases que o PNATE. O Estado repassa recursos financeiros para arcar com os custos do transporte escolar de alunos que residem em zona rural para que tenham acesso à educação básica pública.

Cada Município que tenha interesse em aderir ao Programa, deve assinar um Termo de Adesão, que possui vigência de 5 (cinco) anos e renova-se automaticamente por igual prazo, desde que não haja manifestação contrária da gestão municipal.

Os Municípios que romperam com o PEATE não recebem o recurso, e o Estado fica encarregado do transporte dos alunos. O Estado, através das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), realiza contratos terceirizados para garantir o transporte dos alunos que necessitam desse meio para ir à escola. Logo, os repasses provenientes do Programa Nacional (PNATE) não são repassados aos Municípios que não fazem mais parte do programa e, ficam no Estado para o custear as despesas com as contratações.

* 1. COMO CONTROLAR OS REPASSES DO PNATE

Conforme a Lei 10.880, de 9 de junho de 2004, que institui o PNATE, o repasse do recurso financeiro é feito em 10 parcelas anuais, compreendendo o período de fevereiro a novembro.

Sobre o saldo ao final de cada exercício financeiro e conforme a Resolução nº 5, de 28 de maio de 2015:

Art. 8º Os saldos existentes nas contas bancárias do em 31 de dezembro serão reprogramados para o exercício subsequente, sem a necessidade de anuência do FNDE. (p.4).

§1º A parcela do saldo referido no caput deste artigo que exceder a 30% (trinta por cento) do valor repassado em cada exercício, será deduzida do recurso a ser transferido no exercício posterior. (p.4).

Segundo a Lei, a não execução desse recurso financeiro implica em uma dedução nos repasses do próximo exercício financeiro, causando então uma perda financeira para a organização que não utilizar todo o recurso.

O objetivo desse estudo é identificar uma ferramenta para ter controle sobre essas parcelas repassadas e também sobre a execução do recurso do Programa, para sanar as deduções referidos ao Art. 8º, §1º, da Resolução nº 5, acima descrita.

# INTERVENÇÃO

* 1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO LOCAL DO ESTÁGIO

O estágio supervisionado do curso de Ciências Contábeis foi realizado na Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, localizada na Avenida Borges de Medeiros, nº 1501, na cidade de Porto Alegre/RS, no Departamento de Articulação com os Municípios-DAM/SEDUC.

O objetivo desse estudo é identificar e implantar uma ferramenta para controle sobre as parcelas repassadas do PNATE, dos Municípios que romperam o PEATE, e também sobre a execução do recurso do Programa, para sanar as deduções referidas ao Art. 8º, §1º, da Resolução nº 5/2015 do PNATE.

* 1. ATENDIMENTOS REALIZADOS NO LOCAL DO ESTÁGIO

Foi feita a identificação das necessidades de controle dos recursos financeiros e através disso, foi criado e implantado, um instrumento de acompanhamento dos repasses financeiros, tendo assim um controle de cada valor por Município e de cada desconto que o Estado teve em decorrência de não executar todo o valor repassado pelo FNDE.

* 1. DIFICULDADES ENCONTRADAS

Foi observada a dificuldade de resgatar todas as documentações para realizar uma análise desde os primeiros repasses financeiros, que ocorreram em 2014, e conseguir ter uma visão completa da situação que o Estado enfrenta. O acesso ao Sistema para obter essas informações fica em outro departamento, tendo que ser feita uma solicitação para receber esses dados.

Além disso, foi observado também que não havia um registro com as entradas e saídas das parcelas do Programa, o que levou a elaborar um fluxo de caixa desde o início, para conseguirmos compreender como chegou a situação atual.

Outro ponto destacado foi à falta de articulação entre os departamentos envolvidos financeiramente com o Programa, o Estado teve diversos descontos nas parcelas por não ter executado todo o repasse do recurso, o que levou a uma perda financeira irreversível.

* 1. BENEFICIOS DO PROJETO
* Organização dos dados
* Fluxo de coleta de dados
* Padronização
* Acesso a informação clara e objetiva
* Controle de entradas, saídas e saldo
* Identificação de alteração no valor das parcelas
* Sanar com os descontos por não execução
* Controle de valores por Município
  1. PROPOSTA DE MELHORIA

Foi sugerido diversas mudanças no fluxo de informações obtidas a respeito das parcelas do PNATE e a utilização de ferramentas de controle financeiro, que foram criadas para atender as necessidades da organização.

Uma das ferramentas recebe informações totalizadas e separadas por Município, para posteriormente ser utilizada para pagamento dos contratos terceirizados, enquanto a outra foi criada para receber informações mais detalhadas, como lançamentos de entrada e saída, bem como o dia em que o fato ocorreu. Os conjuntos das duas ferramentas se completam e supriram a falta de informações que ocorria desde 2014.

Durante o período de estudo, foi identificado, entre os anos de 2014 a 2017, várias deduções referentes à não execução de todo o recurso vindo do PNATE O intuito desse estudo é implantar uma ferramenta de controle para que as entradas e saídas desse recurso tenham um acompanhamento durante todo o exercício financeiro, e que tenha uma continuidade, visando assim sanar com esses descontos.

* Planilha de controle por lançamento, onde fica registrado o histórico de receitas e despesas desde 2014.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Exercício | Saldo | Data | Entrada | Data | Saída | SRO |
| 2014 | R$ - | Xx/xx/xx | R$ - | Xx/xx/xx | R$ - | Nº |
| 2015 |  |  |  |  |  |  |
| 2016 |  |  |  |  |  |  |
| 2017 |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |

* Planilha de controle por Município e por parcela, onde fica registrado o total destinado ao pagamento de contratos terceirizados de cada Município, o total efetivo de ingresso e identificação de desconto nas parcelas repassadas.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Nº | CRE | Faixa | Município | Alunos | Parcela | Aplicação | Total Repasse | Total% | Total Ingresso | Efetivo % | Faltou ingressar |
| x | xª | x | xxx | xxx | R$ - | R$ - | R$ - | x% | R$ - | R$ - | R$ - |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  | R$ - | R$ - | R$ - | 100% | R$ - | R$ - | R$ - |

# CONCLUSÃO

O estágio realizado na Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, no Departamento de Articulação com os Municípios, foi extremamente proveitoso e importante, pois através dele foi possível proporcionar uma visão mais ampla a respeito do que é gestão pública e de que forma é realizado a parte financeira do Estado.

Com a proposta de melhoria implantada, foi possível criar um histórico dos repasses desde o início, podendo assim realizar uma análise da situação financeira do PNATE no Estado e identificar em quais processos deveriam haver mudanças. Agora é possível trabalhar com um instrumento de gestão que dispõe de acompanhamento continuo, podendo identificar em tempo hábil qualquer tipo de alteração nos repasses vindos do PNATE.

**REFERÊNCIAS:**

FREZATTI, F. Gestão de fluxo de caixa diário: Como dispor de um instrumento fundamental para o gerenciamento do negócio. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, P. D. Barreto. A excelência em gestão pública: a trajetória e estratégia do gespública. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2013.

MATIAS, J. P. Manual de gestão pública contemporânea. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Medida Provisória nº 173, de 16 de março de 2004. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnate/sobre-o-plano-ou-programa/pnate-legislacao?start=30> - Acesso em 30 de agosto 2017.

Lei nº 10880, de 9 de junho de 2004. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnate/sobre-o-plano-ou-programa/pnate-legislacao?start=20> - Acesso em 30 de agosto 2017.

Resolução/CD/FNDE nº 43, de 10 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnate/sobre-o-plano-ou-programa/pnate-legislacao?start=10> - Acesso em 05 de setembro 2017.

Resolução/CD/FNDE nº 45, de 18 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnate/sobre-o-plano-ou-programa/pnate-legislacao?start=10> - Acesso em 05 de setembro 2017.

Resolução/CD/FNDE nº 14, de 8 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnate/sobre-o-plano-ou-programa/pnate-legislacao?start=10> - Acesso em 12 setembro 2017.

Resolução/CD/FNDE/MEC nº 5, de 28 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnate/sobre-o-plano-ou-programa/pnate-legislacao?start=10> - Acesso em 12 setembro 2017.

Lei nº 12.882, de 03 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/programa-estadual-de-apoio-ao-transporte-escolar-peate> - Acesso em 30 agosto 2017.

**Decreto nº 45.465, regulamenta a Lei nº. 12.882.** Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/programa-estadual-de-apoio-ao-transporte-escolar-peate> - Acesso em 05 de setembro 2017.

**Decreto nº 49.253, introduz alterações no Decreto nº 45.465.** Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/programa-estadual-de-apoio-ao-transporte-escolar-peate> - Acesso em 05 de setembro 2017.